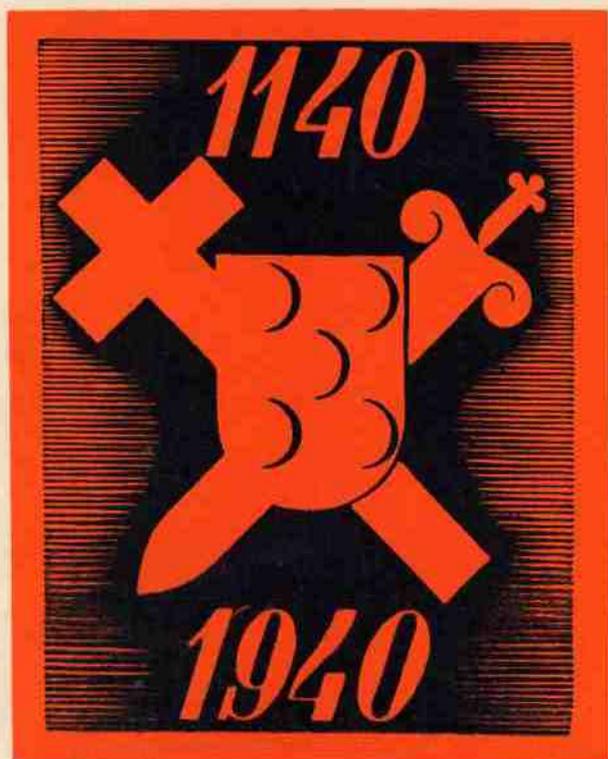


BITO LEGAL
1940

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 15 — 31 de Março de 1940 — ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>A CAPACIDADE ÉPICA DA RAÇA E O SENTIDO CAMONEANO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS — Dr. Mário de Albuquerque</i>	<i>1</i>
<i>PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes.</i>	<i>6</i>
<i>ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão.</i>	<i>11</i>
<i>PROGRAMA OFICIAL DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DE 1940</i>	<i>16</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — Marvão e Celorico da Beira — Cap. Jorge Larcher</i>	<i>24</i>
<i>REVISTA DA IMPRENSA</i>	<i>29</i>
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	<i>30</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneiro, com ferros especiais :

A fogo.	25\$00
A ouro.	30\$00
(Empaste).	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa

TELEFONE 22886

A CAPACIDADE ÉPICA DA RAÇA E O SENTIDO CAMONEANO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

Uma das mais altas manifestações do carácter português—os povos como os homens afirmam-se pela personalidade — é o seu sentido épico, que implica uma concepção universalista da vida, a idéa duma ordem espiritual a defender e a irradiar. É mesmo a vasta concepção civilisadora que permite estabelecer, em literatura, a linha diferencial entre epopeia e poema heróico. Enquanto êste é nitidamente episódico, a epopeia exprime uma luta contra as fôrças cósmicas, uma luta de raças, não por serem raças diferentes — isso seria apenas uma heresia — mas por incarnarem éticas diferentes, um duelo de culturas, a criação dum estilo de vida, uma missão realizada. Fixa um ideal de milhões de homens, não um ideal transitório, mas um ideal de raízes profundas. Nesta hora de consagração nacional e de perturbação internacional, a lição camoniana parece singularmente oportuna. Camões é, e será pelos séculos dos séculos, o nosso grande mestre de patriotismo, mas ao mesmo tempo cabe-lhe a glória de ser o cantor da Europa victoriosa. Teodoro Haecker chama a Vergílio o pai do ocidente, eu creio, porém, que nenhum poeta interpretou o sentido da ocidentalidade como Camões.

Ele celebrou a terra, a pequena casa lusitana, mas o seu patriotismo não ficou restrito a uma bárbara e herética nacionalatria. Isso seria a negação dos próprios Lusíadas. Amou a pátria, sobretudo, porque ela incarnara um ideal superior, e se tornara a defensora duma cultura — a cultura ocidental, católica e latina. Por isso, sente tôdas as glórias e tôdas as dores do ocidente e da cristandade, mesmo as longínquas, mesmo as antigas. Celebra os triunfos asiáticos de Pompeu, e o triunfo de Octávio sôbre Marco António — «o romano injusto» — que representa a vitória de Roma sôbre a Alexandria, do Ocidente sôbre o Oriente, dos deuses clássicos sôbre as monstruosas divindades do Egipto, latrator Anubis. Separados por mais de mil e quinhentos anos, Vergílio e Camões encontraram-se.

Camões sente a sorte de Bisâncio sob o jugo otomano — verdadeira injúria a Cons-

tantino o grande, segundo o seu dizer — as lágrimas dos trácios, dos arménios, dos georgianos espezinhados pelos turcos, e, acima de tudo, o drama de Jerusalém:

Não vêdes a divina sepultura
Possuída de cães que, sempre unidos,
Vos vêm tomar a vossa antiga terra,
Fazendo-se famosos pela guerra.

Europeu e católico, fulmina tôdas as traições da Europa à Europa. Ele que vira infinitos mundos, e que largamente comprehendera e amara, enche-se de cóleras contra os que romperam o ideal da república cristiana. Francisco 1.º é, pela sua escandalosa aliança com Solimão — aliança que custou muitas lágrimas à Hungria e muitos terrores à Itália — o galo indigno, e aos alemães, porque seguiram a voz anti-romana de Lutero, denomina-os soberbo gado.

Nesta hora trágica para a Europa, certas apóstrofes camonianas ganham acentos patéticos:

Ó míseros cristãos, pela ventura
Sois os dentes de Cadmo desparzidos
Que uns aos outros se dão a morte dura
Sendo todos dum ventre produzidos?

Entretidos por tôda a Europa, a «brincar aos Armagnacs e Borgonhões» para me servir da fórmula irónica de Valéry, os príncipes dos séculos XV e XVI não tiveram a consciência do perigo oriental. Baldadamente os fugitivos de Bisâncio encheram a atmosfera de gritos e de preságios. Clérigos como Themoteo de Verona e Bernardo de Krayburgo denunciaram os intuitos da fera péssima: «estender o domínio à Itália, à Europa central e ocidental, tornar-se êle, o pagão, César da antiga Roma» (1). Comovidamente alguns pontífices prègaram novas cruzadas. Pio 11.º poz tôda a sua eloquência, de cristão e de humanista, a mostrar os perigos dos novos bárbaros, prestes a subverter a Europa — «injéis, têucros, agarenos, gente da tróia pagã» (2). Tudo inútil.

(1) N. Iorga — *Essai de Synthèse de l'Histoire de l'Humanité*, vol. III, pág. 21.

(2) Idem, pág. 28.

Coube-nos, então, o papel altíssimo de salvar a Europa. Pouco importa que o front tenha mudado — as nossas guerras da Ásia encerram um largo significado europeu, que poucas vezes tem sido pôsto em relêvo. Raynal, num livro aliás monstruoso, escreveu, a êste propósito, uma página que eu chamaria iluminada se a não perturbasse o espírito sectário da revolução, cheio de preconceitos contra as instituições antigas. Aí mostra as várias nações perdidas em querelas íntimas, enquanto o turco ameaçava avassalar a Europa. Sem a viagem de Vasco da Gama desapareceria tôda a liberdade ocidental: — «Os tesouros da Ásia asseguravam aos turcos os da Europa; senhores do comércio formariam com êle poderosa marinha: com tais recursos quem poderia impedir a sua entrada nas nossas terras? Quem embarçaria a marcha dêsse povo conquistador, pela natureza da sua política e da sua religião?... A Europa achava-se coberta de fanáticos em conflito. Assemelhava-se ao delirante que abrindo as veias perde em seu furor o sangue e as fôrças. Assim exaurida que resistência oporia aos turcos? Que seria da liberdade? Morreria se os portugueses não embarçassem o progresso do fanatismo muçulmano fazendo-o parar na impetuosa carreira das suas conquistas, pelo corte do nêrvo das riquezas». Se a defesa da ocidentalidade é um dos aspectos mais belos da nossa missão histórica — aspecto já definido na luta com o Islã, em território peninsular e africano — eu classifico de «camoniana» a política dos centenários, política de exaltação patriótica, e, paralelamente, de intransigente afirmação do espírito ocidental contra os ventos heréticos da Ásia, do ideal latino contra o ideal tenebroso e ocultista dos Karamazov. A grande festa nacional não podia deixar de ser uma festa camoniana. Evoque-mos pois o Lusíada Maior...

* * *

Villemain considerava, com razão, a epopeia mais rara do que a flor do lotus, que só aparece de cem em cem anos. Para haver epopeia é preciso haver matéria épica ou, como disse um crítico de Vergílio — «o encontro dum grande poeta com um grande assunto real».

Não faltam, é verdade, por tôda a Europa, tentativas literárias de epopeia nos séculos XVI, XVII, XVIII. Devido à sugestão clássica, creio mesmo, que nunca foram tão numerosas. São porém obras, palidas e mornas de eruditos. Hoje interessam apenas aos arqueólogos da literatura. Mesmo quando tentadas por um grande poeta, como Ronsard, não passam dum artificialismo pedante. ¿Quem se interessa pelos combates fabulosos e pelas fabulosas aventuras de Francus, filho de Heitor?!

Pode-se evocar a Jerusalém Libertada. É, de facto, uma obra de emoção, mas a sua emotividade não é épica; é idílica, romanesca... Os heróis são cortezãos, o seu mundo é o das paixões sentimentais. A Itália do sec. XVI não podia despertar grandes sôpros épicos—«non era degna d'avere mondo esteriore e non l'aveva» escreve o italiano Francesco de Sanctis. No poema não se sente o frémito das cruzadas, o entusiasmo das multidões, a alta comoção dos libertadores do Santo Sepulcro... Vê-se que Tasso escreveu numa língua em que haviam escrito Boiardo e Ariosto, poetas novelistas.

Por tôda a parte o heroísmo perdera as raízes éticas, reduzira-se a simples valentia. A liturgia heróica transformara-se em cerimonial palatino; o ideal ecuménico de cruzada fôra substituído pela guerra decorativa — «guerras de magnificência», a, rotulou o bom senso francês. Sociedade de espadachins podia conceber a novela de capa espada, e, por degenerescências sucessivas, o romance pícaro; sociedade anti-aristocrática, cortezãnesca, burguesa, formalista, podia conceber «epopeias de gabinete» mas nunca uma verdadeira epopeia.

Na epopeia há um sentido religioso de heroísmo, um sentido cultural. Os deuses não são simples «machinas» para tocar os cordelinhos, como os concebeu a estética académica do século XVII e XVIII. Charles Autran mostrou o cunho sacerdotal da epopeia homérica; nas gestas francesas é visível a influência dos peregrinos e dos santuários; Vergílio, no dizer de Theodoro Haecker, tem uma alma teológica, uma alma que anuncia Dante; e Camões é um poeta da fé... Nos Lusíadas, os deuses mitológicos, mesmo, não se reduzem a puras máquinas, — são símbolos palpitantes de vida, expressões sintéticas de grandes forças. Se não se impõem pela divindade, impõem-se pela humanidade...

Na época moderna só nós, portugueses, concebemos a epopeia, porque fomos nós — e sob certos aspectos os espanhóis — que imprimimos à história o sentido universal. Foi por êsse milagre colectivo que Camões — na mocidade simples espadachim — pôde erguer a sua arquitectura magnífica.

A nossa história é, de facto, bem singular. Emquanto a Europa, segundo uma imagem de Voltaire a respeito da França, fazia torneios, os peninsulares descobriam a oriente e a ocidente novas rotas, novos mundos... Já uma vez notei que a nossa história tinha o aspecto monumental duma mitologia heróica: «O que caracteriza o herói místico, é, a procura do Tesouro — tesouro místico, a maneira céltica da Távola Redonda, ou esplendores como os gregos de Jasão, e por outro lado, a luta, com o monstro que é «o eterno adversário do herói, quer seja considerado como raptor duma mulher, como guarda dum tesouro, ou simplesmente como horrível ou nocivo» (Stephan Valot — «Les Héros de Richard Wagner»

p. 21). Foi este o carácter da nossa história: lutamos contra todos os monstros, com que a antiguidade povoara a imensidade do Atlântico. Nem a alegoria do Adamastor, o filho aspérrimo da terra, significa outra coisa. A Índia foi o nosso velocino de ouro; e o reino do Prestes João o nosso Santo Graal. Para atingir o duplo tesouro foi preciso atravessar o mar como os grandes heróis lendários: Rama, Aquiles, Jasão, Theseu... (1).

Por cima das águas irradiámos o espírito da cultura. Pelo nosso esforço o universo ficou maior e mais rico, dilatou-se o género humano, e milhões de homens ouviram a palavra do Senhor. «Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a», é o ensinamento do Génesis.

Por uma prodigiosa intuição de poeta — no século XVI a história das religiões antigas era meramente anedótica — Camões desenrola a contra epopeia, isto é, a linha de resistência aos heróis lusíadas, em redor de Baco, símbolo de naturalismo asiático transbordante e indisciplinado.

A alegoria é expressiva de mais e muito bela para poder ser esquecida. Trair o sentido dos Lusíadas é trair a própria alma da nação, a que o Poeta deu ritmo. Uma história camoniana impõe uma política camoniana — política de inteligência em luta com o caos, de hierarquia, política de espírito ordenador contra a lógica bárbara dos instintos.

MÁRIO DE ALBUQUERQUE

(1) Mário de Albuquerque — *O significado das navegações*, págs. 226-227.

PORTUGAL É UMA NAÇÃO

III

Ao invés das velhas e ambiciosas hipóteses, que, nos povos como nos indivíduos, procuravam entroncar muito longe as origens das Nações, para as afdalgarem, quis Herculano fazer tábua rasa de quaisquer indicações da geografia e da etnografia e atribuir a formação da Nacionalidade á obra do acaso — uma espécie de *fiat* genesiaco, em que dois ou três Varões ilustres teriam criado uma Pátria no cáos político da Reconquista.

Logo Oliveira Martins, o mais gentil dos nossos negativistas, lhe seguiu no encalço, vendo a constituição de Portugal na actividade «de barões audazes, ávidos e turbulentos», que «iam até onde ia a ponta da sua espada, tudo lhes convindo, tudo lhes servindo, conquanto que alargassem o seu domínio».

Era a aplicação das ideas de Paul Lacombe (aliás um dos propugnadores do estudo da história como ciência) para quem, nela, valeria mais a Contigência do que a Causalidade.

«A história compõe-se unicamente de actos praticados por indivíduos. Estas grandes palavras que os historiadores empregam a todo o momento — raça, povo, exército, nobreza e outras — exprimem concepções do nosso espirito, são *entidades*, são frases.

Não há de facto senão actos individuais, justapostos, mais ou menos simultâneos mais ou menos semelhantes. Os actores reais na história são sempre os indivíduos...

... Recordemos primeiro que a contigência entra a cada passo na história pela acção individual».

Era, sobretudo, no homem azêdo, que acabou exilado na própria terra natal, recolhido na lavoura de Vale de Lobos, e no céptico amável dos «Vencidos da Vida», a manifestação daquele espirito de dúvida do século XIX, que punha insidiosamente a interrogação quando não podia rasamente negar e demolir as velhas ideas consagradas, tantas vêses intuições geniais, confirmadas mais tarde pelos factos cientificamente averiguados.

Outros ainda tentavam explicações menos dependentes do *maravilhoso* e a que pretendiam dar um certo aparelho científico.

E argumentavam ou pelo menos sugeriam: — se Portugal não podia aparecer-nos como um mandado da geografia, se não podia dar-se-lhe a base duma Raça, de que fôsse a *alma* e a *obra*, porque não haveria aqui uma das várias e fecundas fusões de elementos étnicos diferentes, que tantas vezes estimularam os progressos das sociedades humanas?

Assim pensou e escreveu, por exemplo, Bazílio Teles no belo prólogo do seu «Problema agrário».

Quando o Condado Portucalense se constituiu do Minho ao Mondego era a sua gente formada de elementos lígures. Seriam êles a população aborígene — ou velha como os tempos — do litoral mediterrâneo ocidental, uma gente laboriosa, equilibrada, tenaz, que arou a terra e trabalhou os metais, mais para as charruas do que para as espadas. Gente sóbria, plástica, constante no amor e na esperança e que constituiria ainda hoje, no dizer de um Autor, a mais forte dose de bom-senso dos homens das Nações latinas.

Os Lígures teriam uma formação social de lavradores. Fortemente prêsos à Terra, por sôbre êles podiam passar, sem os assimilar nem subverter, as invasões, tumultuosas de ferros e de cânticos guerreiros.

Assim teriam desbordado dos Pirineus os Celtas louros, belicosos e eloqüentes, fortes na guerra *et orguti loqui*. O Lígure, adstrito ao torrão, continuava a revolver a leiva, sempre caminhando mais para o sul, a desbravar a terra, lento mas seguro «como a água da maré»...

Por duas vêzes por sôbre êle se fêz a unidade política da Paz Romana e da Monarquia visigótica.

Mas, um dia, nova migração torrentuosa veio do Norte de Africa. E no embate entre o Lígure do Norte e o Berbere e Semita do Sul acabaram estes últimos por preponderar.

Traziam êles uma formação social de pastores e de mercantes. Recrutando no alto as profissões liberais e políticas e nas camadas baixas a gente da pastorícia e do tráfeço, vieram a dar à Nação o seu *facies* predominante, quando á primitiva organização lavradeira sucedeu a de povo de mercadores e de mariantes.

Neste choque étnico e no seu desenlace poderia afinal resumir-se o drama histórico-social da Grei portuguesa.

Juntem-se-lhe as necessidades do repovoamento dos êrmos da terra reconquistada e, em virtude delas, as largas doações aos homens de armas e às ordens monastico-militares e a conseqüente constituição dos latifúndios. Acrescentem-se os efeitos do movimento de libertação das classes servas — e ter-se-á o quadro das causas da constituição e dos destinos duma nação marinheira, sempre pronta a sair dos limites da sua existência peninsular.

Não há dúvida de que foi larga e longa a permanência dos Arabes na Península e que a primeira fase da história portuguesa se passou de armas na mão, «a despejar o Mouro da terra ás lançadas». Inegável foi a influência mourisca em certos costumes do sul, no arranjo social, no amanho da terra, na forma da habitação e no geito do falar. São numerosíssimos os vocábulos que a língua recebeu do árabe.

Grande foi também a importância económica e financeira dos elementos semitas. Com eles aprendemos muito do que sabíamos na arte de nos orientarmos pelos astros; deles e dos árabes afeiçoámos vários aparelhos náuticos. Cristãos-novos ilustres andaram pela Côrte; alguns estiveram na Junta dos Matemáticos; do judeu Abraão Zacuto eram as tábuas de declinação do sol, com que os nossos pilotos mediam as latitudes e se guiavam no alto mar. Mas, impõe-se a necessidade de evitar uma generalisação excessiva e precipitada.

Não importa agora, evidentemente, resuscitar o problema histórico dos «armamentos para defeza». A terra, que ia sendo recuperada aos mouros na Reconquista, ficava deserta á medida que os Cristãos avançavam para o Sul. Entre os territórios habitados ou repovoados e as avançadas dos hostes cristãs, mediavam tratos extensos de *terra de ninguém*, que era mister depois povoar, numa política intensiva de colonização.

Os vencidos iam refluindo sempre das planuras transtaganas para o Gharb europeu até que o Conquistador os lançou porá lá do Estreito. Os que não fugiam ou se não submetiam eram expulsos, recalcados ou passados ao fio da espada.

Quando foi tomada, Lisboa contava dentro dos seus muros muitos foragidos de Santarem; Silves recolheu muitos dos vencidos de outras terras do sul. As Crónicas falam de numerosos imolados (como a meia dúzia de milhares do Castelo de Alvôr) ao ódio de raça e á intolerância religiosa. Os resíduos da gente árabe ou berbere, depois da conquista, foram pouquíssimos. Nunca aqui tivemos um problema dos Mouriscos, como o que por tanto tempo afligiu a monarquia castelhana. Os elementos judaicos contaram-se sempre em número reduzido. Algumas foram dizimadas em *progroms* de maior ou menor extensão; outros tiveram de buscar a terra do exílio; o maior número deles converteu-se e assimilou-se completamente na massa da população.

Imaginar, por isso, que berberes e semitas entraram no ponto de fusão de elementos étnicos que teriam formado Portugal e lhe imprimiriam feição é construir um romance histórico, pouco fiel á verdade dos factos comprovados.

.

.

.

O que as investigações da arqueologia pré e proto-histórica demonstraram foi que, do Norte a Sul do país, havia e há um *estrato* étnico comum, que constantemente reagiu sôbre as imigrações sucessivas, para as repelir ou para as absorver e assimilar.

Deu-se-lhe por muito tempo como tipo antropológico o homem de Beaumes-Chaudes ou de Muge. Depois dos estudos do Dr. Aurélio da Costa Ferreira, que lhe achou caracteres negroides numa estatura de pigmeu, o homem de Muge ou *Homo afer-taganus* (Mendes Correia) foi regeitado com repugnância do lugar de antepassado do Português.

Coligem-se os dados ou vestígios da renitência com que antiquíssimos habitantes do trato de território peninsular, em que se talhou Portugal, se opuzeram á invasão céltica;

lembra-se a resistência tenaz, com que os Lusitanos se bateram contra o domínio romano — e, de tôdas as maneiras se conclue que aqui viveu, desde tempos recuados, uma gente rebelde aos domínios alheios, particularista, com afêro á independência das Nações livres.

Entra-se depois pela História e de novo esse espírito reponta e cimenta as fundações duma Pátria, entre muitas que a Reconquista permitiu ou favoreceu. Simplesmente, emquanto quási tôdas, mais ou menos lentamente, se iam de novo fundindo na unidade política da Ibéria, aqui cresceu e teimou em viver uma Nação, que, como tal, se afirmou com a consciência duma comunidade de destino.

Desde cedo olhou como «estranjeiros» os outros cristãos da Península; ciosamente defendeu contra êles a liberdade do torrão, às vezes em lances difíceis; criou uma língua, uma literatura e uma arte proprias; teve economia autónoma e projectou-se para lá dos mares, logo que completou a unidade metropolitana, para expandir a sua poderosa *vis* criadora.

Meia dúzia de exemplos, forrageados através da história da Nacionalidade ilustram tôdas estas fortes manifestações de individualidade e vitalidade política.

A. MARQUES GUEDES



ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Continua-se a publicação das cartas dispersas de D. João IV, pertencentes à Biblioteca da Ajuda.

As que hoje se dão a conhecer são tôdas dirigidas a Castelo-Melhor, e presente-se nelas o espírito de justiça do soberano que as assinou e dos ministros que também as subscreveram. Por outro lado vê-se que o monarca e o govêrno de Portugal eram minuciosamente elucidados de tudo o que se passava no país, acudindo prontamente onde era necessário reparar uma injustiça, premiar um serviço, estimular uma acção.

VII

«Conde amigo: Eu el Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Com esta carta se uos remetera huã petição de francisco de Abreu de Vasconcellos, em que pellas razões que nella aponta, pretende ser prouido em huã das companhias de infantaria desse exercito. Encomendouos que uendoa com relação de seus seruiços e merecimentos mo proponhais para as que ahi ouuer uagas, ou uagarem na forma das ordens dadas, occupandoo no interim naquillo para q̃ entenderdes que tera prestimo. Escrita em Lx.^a 30 de Junho de 1645.

Rey . . .

Dom Alu.^o Abranches de Cam.^{ra}

Aluaro de Souza

P.^a o Conde de Castel melhor» (1).

VIII

«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. O Coronel João de Cosmader me escreueo a carta q̃ sera em companhia desta, e porq̃ me parece q̃ tem razão em querer que as trincheiras de Estremos se fação conforme a arte e sciencia.

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 50.

uos encomendo o enuieis aquella willa para q̄ faça hum desenho da forma em q̄ se hão de obrar; aduertindo porem q̄ se não deue nisto fazer mayor despeza q̄ a que puder sofrer o lugar que breuemente quisera se fortificasse logo que fossẽ acabadas as praças mais uizinhas a Raya. Escrita em Lix.^o a 5 de Julho de 1645.

Rey

Para o Conde de Castel melhor.» (1)

IX

«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle q̄ amo. Por parte de Dona Isabel de Mattos donzella filha de Mendo Alures de mattos q̄ Ds perdoe m.^{ora} na Villa de Castello da Vide, se me presentou a petição q̄ com esta carta se vos enuiara, porq̄ pretende pellas resoens q̄ apponta, não ser obrigada a dar camas aos soldados, nem jr o seu criado ás rondas, encomendouos q̄ vendoa, procureis se lhe guardem seus priuilegios, e remedeeis sua queixa, como entenderdes q̄ conuem a meu seruiço. Escrita em Lx.^o a 29 de Julho de 1645.

Rey

O Conde (?) de Sá

Dom João da Costa

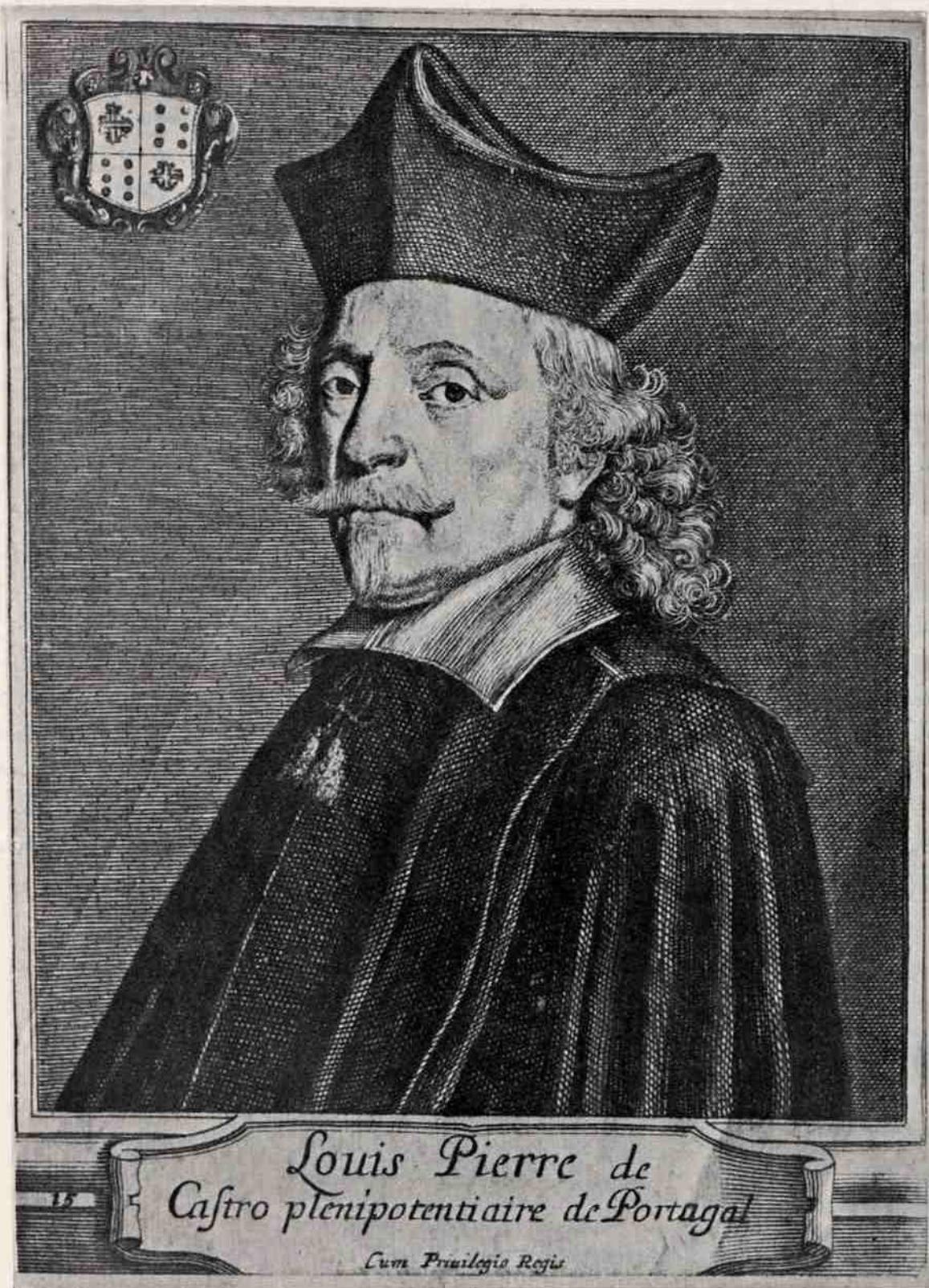
Para o Conde de Castelmilhor» (2)

X

«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Com esta carta se vos remettera huã petição de Dona Isabel carrilho viuua do Dezembargador Aluaro Delgado, m.^{ora} na Villa de Castello da Vide, em a qual pellas rezões q̄ apponta, pretende não seja obrigada a dar camas aos soldados, e que o seu criado não va as rondas. En-

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 131.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 129.



RETRATO DO DIPLOMATA PORTUGUÊS LUIZ PEREIRA DE CASTRO

comendouos, q̄ vendoa procureis se lhe guardem seus priuilegios e remedeeis sua queixa, como entenderdes, q̄ conuem a meu seruiço. Escrita em lixboa a 29 de Julho de 1645.

Rey

O Conde (?) de Sá

Dom João da Costa

Para o Conde de Castelmilhor.» (1)

XI

«Conde amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar como aquelle que amo. Por ser informado que o Castello da Villa de Montaluão necessita m.^{to} de huã cisterna, e atafona para as occasiões que podem sobreuir assy de sitio como de qualquer outra inuasão que o inimigo intente naquella praça. E que conuem muito a meu seruiço mandar tratar logo da obra com toda a breuidade possiuel, para que a falta com que de presente se acha aquelle Castello destas duas não occasione os danos que della se podem recear. Tenho resolutu que do rendimento das terças da Comarca de Portalegre, concujo districto aquella praça fica se lhe applique o dinheiro necessario para a despeza da obra, e para que se possa tratar logo della. Vos encomendo ordeneis aos Ministros por quem correm as fortificações que do dinheiro applicado a ellas tratem de que se fação logo a cisterna e atafona que tenho resolutu se faça no Castello daquella praça. Escrita em Lx.^a a 23 de Agosto de 1645.

Rey

Jorge de Mello

Joanne Mez de Vas.^{ios}

P.^a o Conde de Castelmilhor.» (2)

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 132.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 65.

XII

«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo; hauendome feito queyxa o Vedor geral desse exercito Andre dalmeyda da fonseca, de que Symão alurs pinheiro cont.^{or} geral delle exercitaua o dito officio em sua casa sem o querer fazer na casa da contadorya onde tinha obrigação assistir e dar desp.^o ás partes, mandey ordenar ao dito Vedor geral o obrigasse a ir seruir e continuar na dita casa do desp.^o publico. E nella estiuessem os liuros e listas do exercito, com tal declaração que hauendo contas que pedissem mais socego e breuidade, parecendolho assy, deyxaria levar ao dito Cont.^{or} g.¹ os liuros a sua casa; E Porque o dito Andre dalmeyda continua na dita queixa porquanto mandando noteficar a Symão Alurs a ordem refferida, respondeo auia outra minha em contrario passada pello cons.^o de guerra; E Porquanto sera de grande perjuizo a meu seru.^o e faz.^a não ir o cont.^{or} despachar a Contadorya geral; Vos encomendo que sem embargo da ordẽ do Cons.^o de guerra a que não toca dispor sobre esta mat.^a obrigueis ao dito Symão Alurs pinheiro a que exercite nella seu officio e ahy estejam os liuros. E listas como tenho mandado porque assy o hey por bem. Escrita em Lx.^a a 2 de Octr.^o de 1645.

Rey . . .

Sebastião Cesar de Meneses

Para o Conde de Castel melhor.» (1)

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 63.

PROGRAMA OFICIAL DAS COMEMORAÇÕES NACIONAIS DE 1940

I — EPOCA MEDIEVAL

DE 2 A 15 DE JUNHO

JUNHO, 2 (Domingo).

Inauguração das comemorações nacionais. *Te Deum* na Sé patriarcal e em tôdas as Sés, colegiadas e velhas igrejas matrizes de Portugal e do Império. À tarde, sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa, em que discursará Sua Excelência o Presidente da República; à mesma hora, solenidades em tôdas as Câmaras Municipais da Metrópole e das Colónias, e nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal, unindo, no mesmo sentimento da Pátria, os portugueses dispersos pelo Mundo. À noite, sessão solene na Assembleia Nacional.

JUNHO, 4

Comemoração da Fundação, em Guimarães. Cortejo das flôres. Missa campal. Discurso de Sua Excelência o Presidente do Conselho. A bandeira de Afonso Henriques é hasteada pelo Chefe do Estado na tórre do castelo de Mumadona, e à mesma hora, pelas autoridades locais, nos castelos medievais portugueses que mais importante papel desempenharam na história da Fundação e da Conquista. Salva a artilharia em tôdas as guarnições militares e navios de guerra; repicam os sinos em tôdas as igrejas de Portugal imperial. À noite, em Guimarães, representação do «Auto da Fundação», junto do castelo.

JUNHO, 5

Chegada do Chefe do Estado e do elemento oficial a Braga, pela Citânia e Lanhoso. Cerimónia religiosa na Sé Primaz; visita aos túmulos de D. Tereza e do Conde D. Henrique, e à Capela da Glória. Sessão solene no antigo paço arquiépiscopal de D. José de Bragança. Repouso no Bom-Jesus.

JUNHO, 6

Inauguração do padrão comemorativo do recontro de Valdevez (1140?). A comitiva segue para o Pôrto, por Viana do Castelo e Barcelos.

JUNHO, 7

Acto medieval do Pôrto. Visita à Sé: comemoração da concessão do foral pelo bispo Hugo (1123); evocação dos bispos fundadores. À noite, sessão solene em que se celebrará a criação da primeira bolsa comercial por D. Diniz (1293) e a sua reorganização por D. João I (1387).

JUNHO, 8

Chegada a Coimbra. Cerimónia cívico-religiosa na igreja de Santa Cruz, perante os túmulos de Afonso Henriques e de Sancho I. Sessão solene na Sala dos Capelos, comemorativa das Córtes de Coimbra (1211) e da fundação da Universidade (Lisboa, 1290; Coimbra, 1308).

JUNHO, 9 (Domingo).

Acto medieval de Lisboa. Romagem do povo à Sé e ao Castelo de S. Jorge. Representação de uma alegoria dramática ao ar livre, no castelejo. Iluminações e danças populares. — Festa provincial do Ribatejo, em Santarém (1).

JUNHO, 10

Sessão solene na Academia das Ciências: glorificação da língua portuguesa.

JUNHO, 11

Inauguração da Exposição dos Primitivos Portugueses, no Museu das Janelas Verdes. A noite, concêrto de gala no Teatro de D. Maria II: peça sinfónica inspirada na «Fundação»; reconstituição musical das poesias galécio-portuguesas dos séculos XII e XIII.

JUNHO, 12

Véspera de Santo António. Visita ao lugar em que, segundo a tradição, nasceu o grande Santo português. A noite, representação, no adro da Sé de Lisboa, de uma obra hierática alusiva. — Festa provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro. Inauguração das pontes sôbre o Tua e sôbre o Tâmega.

JUNHO, 13

Partida do elemento oficial para Beja e Castro Verde. Romagem ao local tradicional da batalha de Ourique (1139); inauguração do padrão comemorativo em Cabêço de Rei. Partida para Faro. — Em Lisboa, iluminações e arraiais nos bairros da cidade antiga.

JUNHO, 14

Festa provincial do Algarve. Comemoração da tomada de Faro (1249) e do quarto centenário da sua elevação a cidade (1540).

JUNHO, 15

Actos solenes de Lagos e Sagres. Preito ao Infante e aos navegadores do ciclo henriquino, precursores do Império. Missa campal no rochedo de Sagres; bênção ritual do Mar.

II — EPOCA IMPERIAL

DE 16 DE JUNHO A 14 DE JULHO

JUNHO, 16 (Domingo)

Inauguração da Exposição do Mundo Português.

JUNHO, 22

Recepção de credenciais das Embaixadas extraordinárias e Missões especiais estrangeiras, no Palácio de Belém. Visita à Exposição.

(1) As festas provinciais compreendem, segundo os casos, exposições etnográficas, paradas agro-pecuárias e cortejos folclóricos regionais.

JUNHO, 23 (Domingo)

Missa de pontifical e acto imperial na Igreja dos Jerónimos, em que usará da palavra Sua Eminência o Cardial Patriarca: exaltação do esforço civilizador de Portugal no Mundo. Banquete no Palácio da Ajuda.



PORMENOR DE UM PAVILHÃO DA SECÇÃO DE ETNOGRAFIA METROPOLITANA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

JUNHO, 24

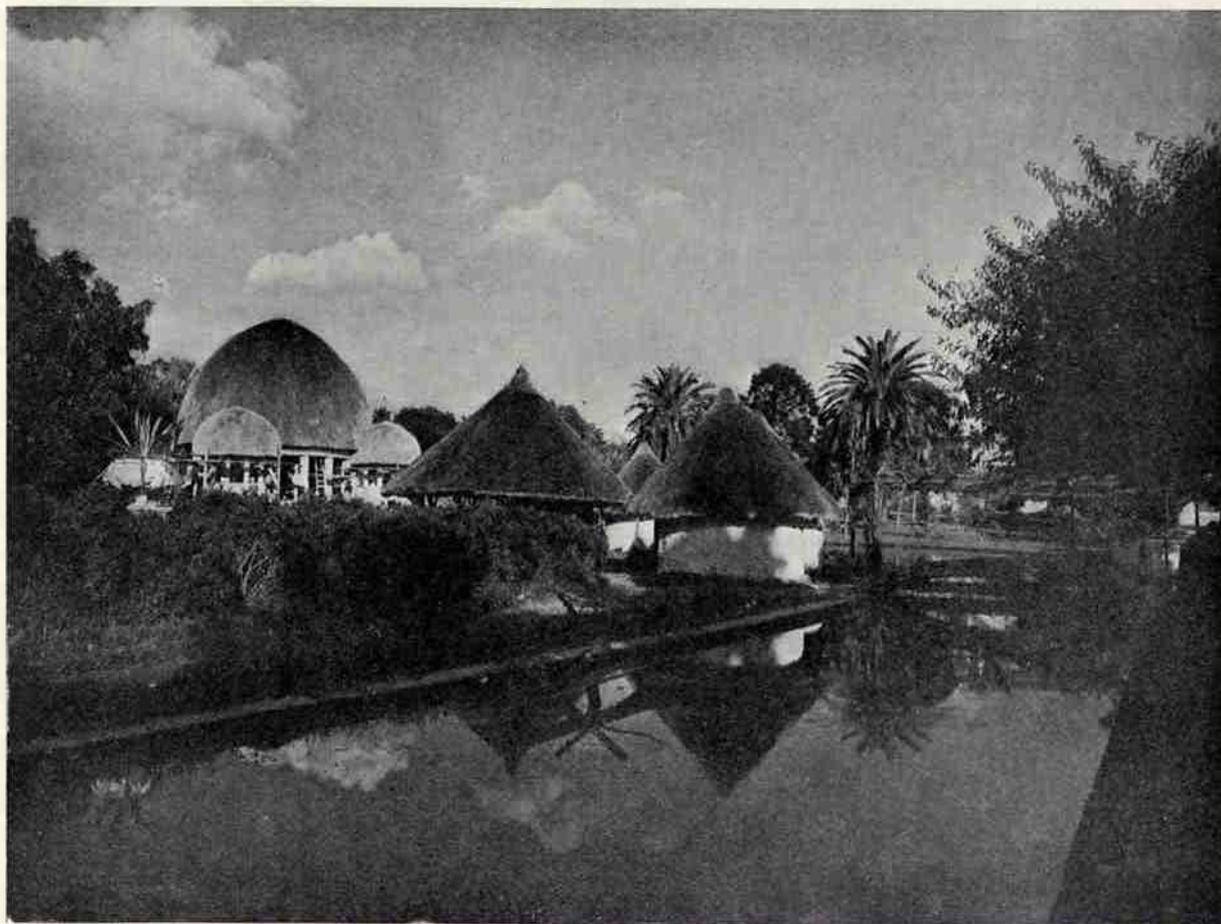
Passeio inaugural na Estrada marginal Lisboa-Cascais. A noite, marchas populares dos velhos bairros de Lisboa. — Festas provinciais do Minho, em Braga, e do Alto Alentejo, em Évora.

JUNHO, 25

Abertura da Exposição de Cartografia Portuguesa, no edificio dos Jerónimos. Serão manuelino na Torre de Belém.

JUNHO, 26

Inauguração, em Lisboa, do monumento a Pedro Álvares Cabral, oferecido pelo Governo brasileiro à Nação portuguesa. A noite, preito ao Brasil na Exposição do Mundo Português.



ALDEIA INDIGENA, NA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

JUNHO, 27

Abertura da Exposição bibliográfica e documental das Côrtes do Reino, no palácio da Assembleia Nacional. Récita de gala no Teatro de D. Maria II: representação de autos e farsas de Gil Vicente.

JUNHO, 28

Serenim de Queluz, nas salas e jardins do Palácio, oferecido ao Corpo Diplomático e Missões estrangeiras. Execução de música setecentista portuguesa (orquestra de câmara e cravo); representação de cenas de uma comédia do tempo.

JUNHO, 29

Inauguração do Aeroporto de Lisboa. A noite, concursos e prémios aos ranchos populares lisboetas no recinto da Exposição.

JUNHO, 30 (Domingo)

Grande cortejo imperial do Mundo Português.

JULHO, 1

Acto solene inaugural dos nove congressos do Mundo Português, no palácio da Assembleia Nacional (à noite).

JULHO, 2

Recepção dos congressistas no Pavilhão de Honra da Exposição. Primeira sessão de trabalhos do III congresso, «Navegações e descobrimentos dos portugueses», e do IV congresso, «Monarquia dualista».

JULHO, 3

Primeira sessão de trabalhos dos V e VI congressos. A noite, na Sociedade de Geografia, abertura solene do Congresso Colonial (IX).

JULHO, 4

Partida do elemento oficial para o Pôrto. Abertura da Exposição da obra de Soares dos Reis, no palácio dos Carrancas. Inauguração do Pôrto de Leixões. A noite, sessão solene na Universidade: início dos trabalhos do I congresso, «Pré e proto-história».

JULHO, 5

Cortejo do Trabalho, no Pôrto. Baile no Palácio da Associação Comercial.

JULHO, 6

Partida para Coimbra. Inauguração da Exposição de Ourivesaria. Abertura solene dos trabalhos do II congresso, «Portugal medieval», na sala dos Capelos.

JULHO, 7 (Domingo)

Comemoração da Rainha Santa. Festa provincial da Beira Litoral. — Partida do elemento oficial para o Buçaco: visita aos monumentos da guerra peninsular.

JULHO, 8 e 9

De regresso a Lisboa, romagem aos lugares históricos do centro do País: Leiria, Batalha, Tomar, Alcobça, Caldas da Rainha, Óbidos, Santarém. Durante o percurso, realização de vários actos e solenidades: em Tomar, inauguração do monumento a Gualdim Pais; em Leiria, comemoração das côrtes de 1254, em que pela primeira vez teve voz o povo; visitas ao mosteiro de Alcobça e ao campo da batalha de Aljubarrota (1385).

JULHO, 10

Proseguem, em Lisboa, os trabalhos dos congressos do Mundo Português.

JULHO, 11

Inauguração do Parque Florestal de Monsanto. A noite, recepção dos congressistas coloniais na Secção etnográfica colonial da Exposição.

JULHO, 12

Récita de gala no Pavilhão de Honra.

JULHO, 13

Banquete de encerramento dos Congressos.

JULHO, 14 (Domingo)

Festa dos «Lusiadas» na Exposição do Mundo Português.

PERÍODO INTERCALAR CORRESPONDENTE ÀS FERIAS

AGOSTO, 10

Festa provincial do Baixo Alentejo, em Beja.

AGOSTO, 14

Dia de Nun'Alvares: evocação do esforço militar português através dos tempos.

AGOSTO, 15 a 24

Actos comemorativos nos arquipélagos da Madeira e Açores.

SETEMBRO, 8 (Domingo)

Inauguração do Estádio Nacional e da Ponte de Alcântara. Abertura da Semana Olímpica.

SETEMBRO, 12

Sessão inaugural do Congresso de Ciências da População, na Universidade do Pôrto.

SETEMBRO, 15 (Domingo)

Abertura, no Pôrto, da Exposição etnográfica do Douro Litoral. Feira das Colheitas. A noite, espectáculo de gala.

SETEMBRO, 16

Festa provincial da Beira Alta, em Viseu.

OUTUBRO, 4

Festa provincial da Beira Baixa, em Castelo Branco.

OUTUBRO, 30

Celebração do concurso de Portugal na defesa da Espanha cristã: acto comemorativo da batalha do Salado (1340) na Sé de Évora.

III — EPOCA BRIGANTINA

DE 10 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO

NOVEMBRO, 10 (Domingo)

Peregrinação popular aos lugares históricos da Restauração, em Lisboa.

NOVEMBRO, 11

Sessão solene inaugural do Congresso luso-brasileiro de História (VII).

NOVEMBRO, 12

Recepção dos congressistas na Exposição do Mundo Português. Espectáculo de gala no Pavilhão de Honra.

NOVEMBRO, 13

Romagem à igreja da Graça, de Santarém, onde repousa Pedro Alvares Cabral. Leitura, junto à campa do Descobridor, de trechos da carta de Pero Vaz de Caminha.

NOVEMBRO, 14

Homenagem à memória do Padre António Vieira, na igreja de S. Roque: reconstituição de um dos sermões prégados naquele púlpito pelo grande orador.

NOVEMBRO, 15 e 16

Visita aos lugares históricos do Alentejo: Évora (sessão comemorativa do movimento de 1637, na sala dos actos da antiga Universidade); Borba (batalha de Montes Claros, 1665); Ameixial (Batalha do Canal, 1663); Fronteira (batalha dos Atoleiros, 1384); Elvas (batalha das Linhas de Elvas, 1659). Preito aos mortos da Independência, ante os padrões das grandes batalhas.

NOVEMBRO, 17 (Domingo)

Inauguração da estátua equestre de D. João IV no terreiro do Paço de Vila Viçosa. Cortejo histórico-militar. Visitas evocadoras da estirpe ducal de Bragança: sala de armas do Castelo; sala dos Duques; igrejas-panteões dos Agostinhos e de Santa Clara.

NOVEMBRO, 18

Prosseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso luso-brasileiro de História. Inauguração do Teatro de S. Carlos: primeira representação da ópera «1640».

NOVEMBRO, 19

Sessão de encerramento do Congresso luso-brasileiro de História. Banquete aos congressistas no Pavilhão de Honra da Exposição.

NOVEMBRO, 20

Abertura do Congresso de história da actividade científica portuguesa, na Universidade de Coimbra (VIII congresso do Mundo Português).

NOVEMBRO, 24 (Domingo)

Acto de escritura pública, ao estilo do século XVII, da doação do Palácio dos Condes de Almada ao Estado pela Colónia portuguesa do Brasil. Cerimónia da entrega das chaves, pelos representantes da Colónia, ao Governo Português. Posse do edifício pela Mocidade Portuguesa e pela Sociedade Histórica da Independência. A noite, concêrto no Pavilhão de Honra da Exposição: peça sinfónica inspirada na «Restauração»; execução de composições musicais de D. João IV e dos contrapontistas portugueses do século XVIII.

NOVEMBRO, 26

Sessão solene no Museu de Artilharia, comemorativa dos grandes chefes militares seiscentistas.

NOVEMBRO, 27

Inauguração da Exposição bibliográfica da Restauração, na Biblioteca Nacional.

NOVEMBRO, 28

Sessão solene na Academia das Ciências: comemoração da obra dos diplomatas e dos juriscôn- sultos de Portugal restaurado.

NOVEMBRO, 29

Festa de homenagem, na Exposição, à Colónia portuguesa do Brasil e a todos os núcleos de por- tugueses dispersos pelo Mundo.

DEZEMBRO, 1 (Domingo)

Te Deum na Sé de Lisboa. Desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos Municí- pios, das Corporações, da Legião, da Mocidade Portuguesa, perante o Monumento dos Restauradores. À noite, espectáculo de gala no Teatro de D. Maria II: representação da peça «Vila Viçosa».

DEZEMBRO, 2

Encerramento das festas nacionais, pelo Chefe do Estado, na Câmara Municipal de Lisboa. A mesma hora, sessões solenes em tôdas as câmaras municipais da Metrópole e do Império, Embaixadas, Le- gações e Consulados portugueses. À noite, representação da ópera «1640», em espectáculo gratuito, para o povo.

Lisboa, Sala das Sessões da Comissão Executiva, em 2 de Dezembro de 1939.

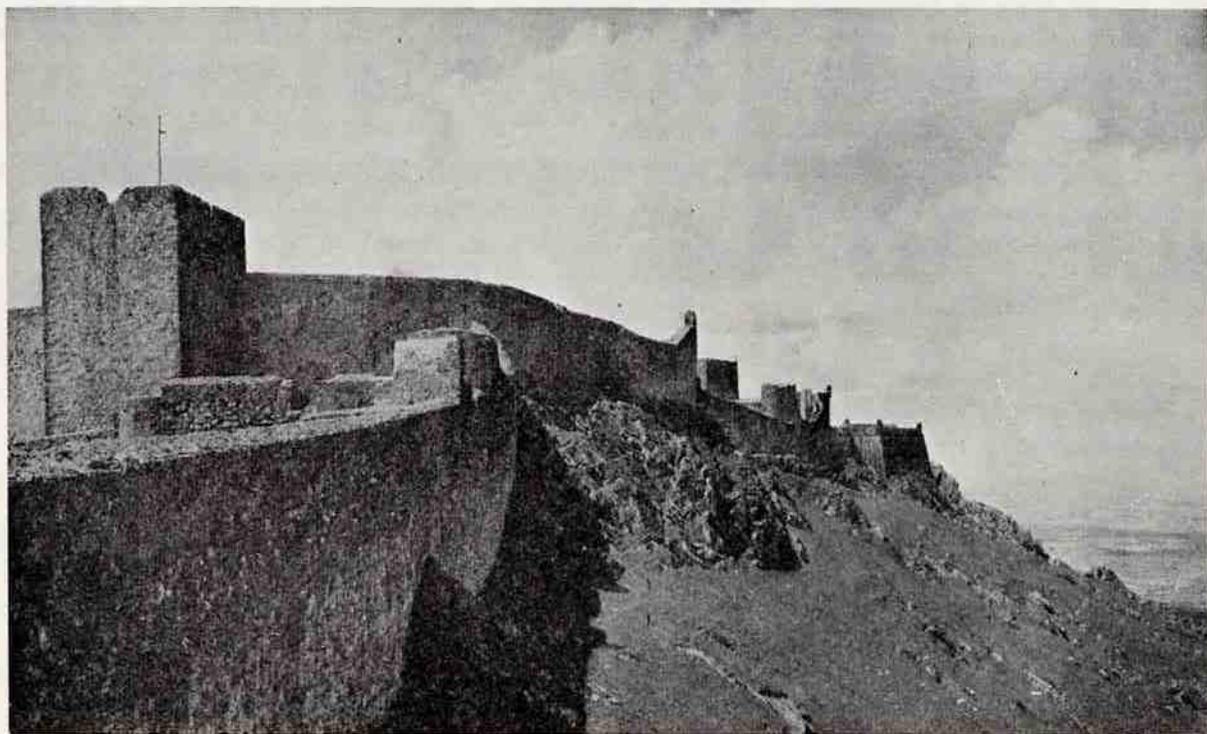


CASTELOS DE PORTUGAL

MARVÃO E CELORICO DA BEIRA

*O poder evocador das velhas muralhas dos nossos castelos revigora-nos o patriotismo e provoca-nos o culto de uma admiração patriótica pelas glórias de Portugal.
(Castelos de Portugal — Distrito de Leiria — Jorge Larcher)*

O castelo de Marvão, de remota origem, parece ter sido construído pelos moiros. O ilustre historiador Gama Barros, no 3.^o volume da sua «História da Administração



CASTELO DE MARVÃO

Pública em Portugal nos séculos XII a XV», faz o estudo da doação pela qual o rei D. Afonso III, conjuntamente com a rainha sua mulher, lega a seu filho D. Afonso os castelos e vilas de Marvão, Portalegre e Arronches, doação esta que parece ter substituído a anteriormente feita, por êste mesmo monarca, à Ordem do Hospital, conforme os documentos gerais do Registo de Leça, citados por José Anastácio de Figueiredo, no seu trabalho «Nova Malta Portuguesa».

Foi esta doação motivo de grandes discórdias, visto D. Diniz não querer que as filhas

de D. Afonso, suas sobrinhas, viessem a herdar estas vilas e castelos situados na raia, com o fundamento de que estavam casadas com grandes e poderosos fidalgos de Castela, não convindo, pois, que fortalezas tão importantes para a defesa da nossa fronteira não estivessem na posse da Corôa.

Não conseguiu D. Diniz convencer seu irmão o infante D. Afonso, pelo que resolveu apoderar-se pela força destes castelos e vilas, dirigindo-se, em 1239, a sitiá-los e mandando cercar Marvão e Arronches, que não tardaram a ser incorporados na corôa.

Foi esta guerra muito auxiliada e instigada pelos genros de D. Afonso, que chegaram a entrar em Portugal, só terminando a luta com a intervenção conciliadora dos prelados e grandes do reino e da bondosa rainha D. Isabel, chegando-se então a um acôrdo pelo qual o infante D. Afonso se comprometia a entregar a Aires Cabral, que foi o primeiro alcaide do Castelo de Marvão, as vilas e fortalezas em litígio, com o compromisso de fidelidade e de homenagem por si e pelos alcaides que neles estivessem, conforme consta dos documentos citados pelo ilustre investigador Possidónio M. Laranjo Coelho, na sua interessante monografia sôbre o castelo e fortaleza de Marvão.

Na era de 1338 fez D. Diniz, com sua mulher a rainha D. Isabel e com o infante seu filho D. Afonso, troca dos castelos e vilas de Marvão e Portalegre, pelas vilas de Sintra e Ourem, mais rendosas mas de menos importância estratégica naquela época.

Depois destas lutas, tratou D. Diniz da defesa da fronteira de Odiana, para o que mandou construir e reedificar várias fortalezas entre as quais a de Marvão.

Nas lutas entre os partidários da rainha D. Leonor e o Mestre de Aviz, tomou o alcaide deste castelo, ao tempo Fr. Vasco Porcalho, uma atitude inconstante, pois que ora estava ao lado de Castela, ora se colocava ao lado dos partidários do mestre de Aviz.

A este alcaide sucedeu Francisco de Alvarez de Queiroz, que por ordem de D. Fernando entregou a alcaidaria do castelo de Marvão ao prior do Hospital, Fr. Pedro Alvares Pereira, irmão de D. Nuno Alvares Pereira.

A região de Odiana mais de uma vez foi invadida depois que romperam as hostilidades entre D. Henrique de Castela e o nosso D. Fernando.

A causa deste rompimento parece que foi o desejo do nosso rei querer vingar a morte de D. Pedro, seu primo, herdeiro da Corôa de Castela, e que D. Henrique, filho bastardo de D. Afonso XI, assassinou para se apoderar do trono, ou porque D. Fernando se julgasse com direitos à corôa de Castela por morte de D. Pedro e instigado pelos partidários do rei assassinado declarou guerra a Castela.

O papa Urbano interveio para acabar a luta entre os dois reis cristãos e em 31 de Março de 1371 era assinado o Tratado da Paz em Alcoutim, pelo qual, entre outras cousas, foi acordado que tudo quanto o rei D. Henrique tomara ao de Portugal e este ao de Castela, voltaria à posse dos seus primitivos senhores.

Por mais de uma vez foi esta fortaleza testemunha de numerosos sucessos dentro

dêste período agitado de lutas com Castela. Vários foram os alcaides-mores do castelo de Marvão, mas não nos permite a falta de espaço enumerá-los e descrever a acção de cada um dêles nesta alcaidaria, que no reinado de D. João III ficou pertencendo ao Conde de Atalaia e seus sucessores, em cuja posse esteve até à sua extinção.

Depois do heróico movimento salvador da nossa emancipação do domínio Castelhana, em 1640, sofreu esta fortaleza grandes obras de reparação e foi provida das armas indispensáveis para a sua defesa, pois, por mais de uma vez, teve de suportar os fortes e repetidos ataques das forças castelhanas.

Em 1664, o Marquez de Marialva comunica em carta, ao rei, as obras que estavam fazendo em várias fortalezas, prevendo nova guerra, e referindo-se à de Marvão dizia :

«Marvão pela parte do Castello de Vide he inexpugnavel mas pella de Valença (que não he tanto) se lhes tem feito hua estrada cuberta com sua estacada e tres meyas Luas, que não estão ainda em sua perfeição».

Com a chamada guerra da sucessão ao trono de Espanha, à vista das suas muralhas se travaram duros combates, tendo caído em poder dos espanhóis, mas pouco tempo se conservou na sua posse, pois foi tomada pelos portugueses depois de um duro assédio.

De novo a fortaleza de Marvão foi alvo de mais de um ataque durante a guerra a que deu origem o pacto de família, e durante as invasões franceses manteve mais uma vez o seu patriotismo e o valor que já manifestara nas guerras anteriores.

Impossível narrar, nesta resumida notícia, tóda a longa história dêste importante castelo, que, com o advento da artilharia, sofreu profundas obras com o fim de o transformar e adaptar numa robusta fortaleza, que pela sua posição na fronteira tão importante papel tinha a desempenhar na defesa de Portugal.

D. Afonso II deu aos freires de Evora o lugar denominado de Aviz, na margem direita do Ervedal, onde edificaram o castelo que na doação se lhes impunha por dever fundarem.

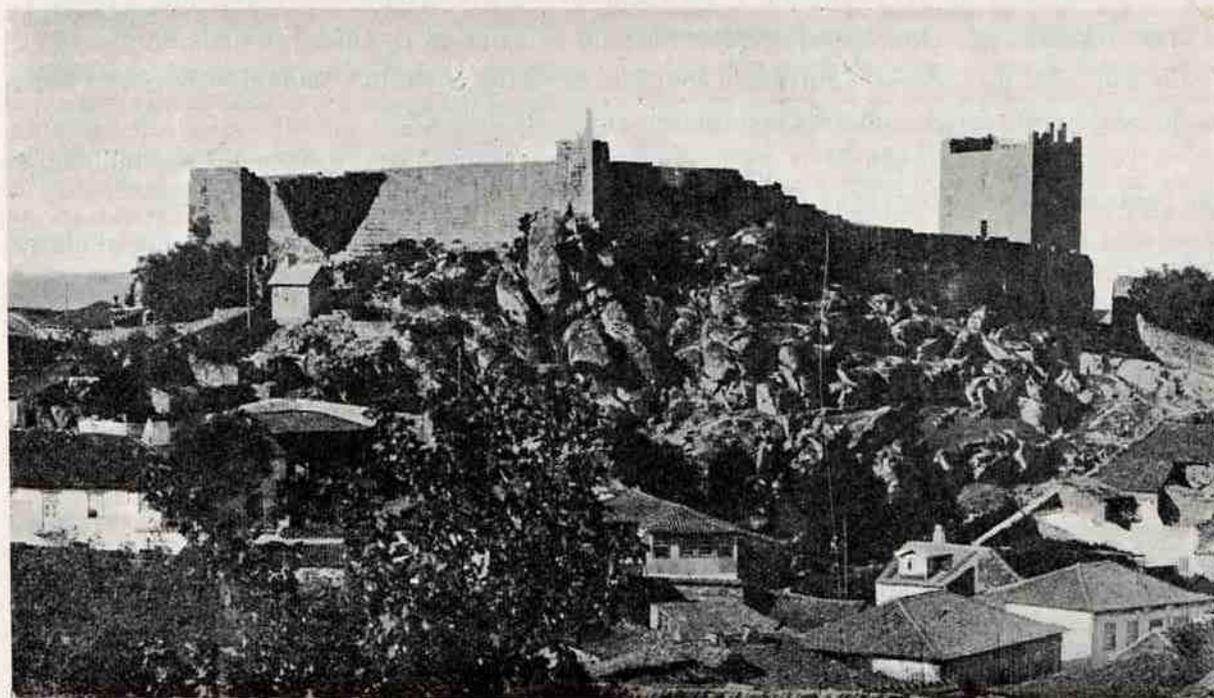
As relações hostis com os mussulmanos parece, portanto, haverem-se limitado naquella época a tornar cada vez mais numerosos os diversos pontos fortificados nos distritos do sul; e desta época datam os primeiros vestígios da existência de Marvão, cujos termos, cobertos de antigas ruínas, se procuram povoar.

Não podemos precisar o papel que teve na independência de Portugal o castelo de Celorico da Beira, mas pela sua situação e vizinhança com outros castelos da mesma região, decerto não ficaria isolado ou afastado dessas lutas que se travaram para o alargamento e consolidação da nacionalidade.

A povoação é de remotíssima fundação e era defendida por um vasto e robusto castelo do qual se ignora a data da sua construção, mas atribuindo-se a D. Diniz a sua reedificação.

Vários factos históricos nos recordam as seculares muralhas de Celorico da Beira, desde o seu cêrco no reinado de D. Sancho I, em que tão valorosos se mostraram os defensores dêste castelo.

Mais tarde, nas lutas entre D. Sancho II e seu irmão, o conde de Bolonha, admirá-



CASTELO DE CELORICO DA BEIRA

vel acto de lealdade praticou o alcaide D. Fernando Rodrigues Pacheco, recusando se a entregar a fortaleza que seu rei D. Sancho confiara à sua guarda, mantendo-se com galhardia perante o apertado cêrco que lhe fez D. Afonso, conde de Bolonha.

Dêste facto nasceu uma curiosa e interessante lenda, tão fabulosa como tantas outras lendas que se prendem aos nossos monumentos e que a imaginação dos nossos antepassados creou.

Como dissémos, D. Afonso cercou o castelo de Celorico da Beira e diz a lenda que a guarnição sitiada, já cançada pelos sucessivos recontros e falta de mantimentos por tão prolongado ataque, estava prestes a render-se, mas certa manhã, quando a situação dos defensores desta fortaleza era desesperada, passou sôbre o castelo uma águia que levava uma truta no bico, que deixou cair dentro das muralhas. Logo o famoso alcaide D. Fer-

nando Pacheco teve a feliz lembrança de enviar o saboroso peixe a D. Afonso, para lhe mostrar que havia abundância de víveres na praça, e de facto o conde D. Afonso, julgando certamente que os assediados estavam bem abastecidos, tomou a resolução de levantar o sítio, poupando os seus homens a maiores sacrifícios.

Esta astuciosa idea salvou a praça dum apertado assédio, e o seu alcaide, só depois da morte de D. Sancho II, em Toledo, é que reconheceu D. Afonso por seu soberano, entregando-lhe as chaves do castelo que tão nobremente guardou e defendeu.

No reinado de D. Fernando I, foi Celorico tomado, assim como Almeida, Pinhel, Linhares e Viseu, por Henrique II de Castela; no reinado de D. João I, depois da derrota de Trancoso, o rei de Castela, enfurecido com êste desastre, invadiu Portugal, através da Beira, tendo ocupado Celorico onde fez testamento em 21 de Julho.

Também no reinado de D. José, em 1762, foi Celorico saqueada pelos espanhóis, que não tardaram a ser castigados pelos reveses que lhe inflingiram os portugueses.

Eis algumas breves notas sôbre o velho castelo de Celorico da Beira, que ainda recentemente foi contemplado pelo Govêrno com uma verba para obras de conservação e consolidação de forma a evitar maior ruína a êste histórico padrão militar de tão gloriosas tradições.

JORGE LARCHER



REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

No Primeiro de Janeiro, do Pôrto, de 29 de Fevereiro último, publicou o ilustre escritor Sr. Dr. Júlio Dantas, sob o título: *A música portuguesa nas Comemorações Centenárias, o artigo que a seguir transcrevemos.*

«Publicado o programa definitivo das Comemorações, em que foi necessário introduzir modificações resultantes das circunstâncias internacionais e da sua inevitável repercussão interna, chegou o momento de informar o público acerca das realizações que especialmente interessam à cultura, e a que a Comissão Executiva, a que tenho a honra de presidir, consagra a mais desvelada atenção e o maior interesse. Ocupar-me-ei hoje da música.

A música portuguesa tem parte importante no programa do Duplo centenário, acompanhando os actos e solenidades, quer do período medieval, quer da época imperial, quer, ainda, das celebrações brigantinas.

No período medieval, além das marchas heróicas do acto inaugural da Sé de Lisboa, por trombeteiros que, sobre a galilé do velho templo românico, anunciarão, entre salvas de artilharia e os repiques dos sinos, o começo das festas nacionais (2 de Junho), tem especial lugar a audição de música arcaica marcada para a noite de 11 do mesmo mês no Teatro de D. Maria II (não se encontram ainda concluídas, nessa altura, as obras do Teatro de S. Carlos), audição cujo programa, já há tempo elaborado, compreende os seguintes números: palavras preliminares, pelo ilustre professor, sr. Luiz de Freitas Branco; reconstituição musical de cantigas de amor e de amigo dos Cancioneiros galécio-portugueses dos séculos XII, XIII e XIV, sucessão de quadros evocadores em que os executantes reproduzirão, nos trajes e na organologia, as iluminuras medievais dos velhos códices; execução, por grandes grupos corais, de trechos de música religiosa e medieval (fragmentos de um hino contido num Missal do século X, e composições do século XIII extraídas dos códices de Alcobaça); o poema sinfónico do maestro Wenceslau Pinto, intitulado «1140», pela orquestra da Emissora Nacional. As reconstituições musicais do «Cancioneiro da Vaticana» — entre as quais uma, atribuída ao rei D. Sancho I — devem-se ao sábio musicólogo, professor Tomaz Borba.

No período imperial, não só as marchas de trombetas e de atabales do século XVI acompanham os arautos e os reis-de-armas em vários actos e solenidades, mas o programa compreende ainda números sacros e profanos de superior interesse musical. Passo a indicá-los. Em primeiro lugar, a missa de pontifical que se cantará no acto imperial dos Jerónimos, peça central das festas nacionais (23 de Junho). Em segundo lugar, o Serão Manuelino da Torre de Belém (25 de Junho), exclusivamente consagrado à celebração da figura e da época do rei D. Manuel I, compreendendo, além de trechos literários coetâneos recitados do varandim da torre, um cântico de Damião de Goes, «Ne laeteris inimica mea», que pela primeira vez ouviremos (interpretação do maestro Frederico de Freitas); música quinzentista de órgão; vilânicos portugueses do século XVI com acompanhamento de alaúde; marchas de charamelas; várias cantigas do tempo, que Gil Vicente incluiu nos seus autos (folias, chacotas, ensaladas), cantadas por coros com acompanhamento de flautas e adufes. Em terceiro lugar, a festa dos «Lusíadas» cuja realização se prevê na Exposição do Mundo Português, e em que se executará, entre outras composições, a «Cantata camoneana» do insigne mestre Viana da Mota (14 de Julho). É ainda nesta época (28 de Julho) que se efectua nas salas e jardins do Palácio de Queluz, para as Embaixadas extraordinárias e missões especiais, um serenim do século XVIII em que se executará música portuguesa (orquestra de câmara e cravo), e em que porventura figurará o belo cravo holandês, de tempo de harmonia com pinturas, talvez a melhor peça da magnífica colecção de instrumentos musicos antigos por mim adquirida para o Conservatório Nacional quando inspector daquele estabelecimento de ensino.

Na época brigantina, o acontecimento musical é a inauguração do Teatro de S. Carlos (18 de Novembro), completamente renovado no seu aparelho cénico, com a primeira representação da ópera de «1640», expressamente escrita a meu convite pelo ilustre maestro-compositor, sr. Rui Coelho, sobre poema de Silva Tavares. Outros números, porém, de elevado interesse musical, se realizam neste período, entre eles o concêrto de gala da Restauração, consagrado à música e às danças do século XVII (24 de Novembro), no qual se executam, além de um poema sinfónico de Luiz de Freitas Branco, escrito

pelo erudito professor também a meu pedido, várias composições do rei D. João IV e dos contrapontistas de E'vora e Vila Viçosa (escolhidas e arrançadas pelo professor Tomaz Borba), reconstituindo-se, em sucessivos quadros animados, como pinturas de leque, as danças cortezãs e populares seiscentistas, interpretação musical do maestro Frederico de Freitas (pavanas, galhardas, alemandas, vilócos, sapatoados, e outras, repetidas vezes citadas nos documentos portugueses do tempo).

Como se vê, cada um destes espectáculos-concêrtos se subordina ao pensamento musical de uma época — medieval, manuelina e da Restauração — o que era, aliás, intuitivo. Na qualidade de presidente da Comissão Executiva, e mediante voto afirmativo da mesma Comissão, entreguei a organização e direcção de todos trabalhos musicais (serão manuelino, audições, concêrtos e outros números) ao maes-

tro Frederico de Freitas, cujo talento e elevada cultura constituem penhor de que se desempenhará com brilho da sua delicada missão. Tenho acompanhado de perto êsses trabalhos e estou inteiramente satisfeito. Tóda a execução do programa musical das Comemorações centenárias, incluindo a da ópera «1640», será feita de acôrdo e com a cooperação valiosíssima da Emissora Nacional e do meu ilustre amigo capitão Henrique Galvão, cuja admirável actividade se desdobra por tantas realizações diferentes. Além dos compositores e musicólogos a cuja competência recorri, procurarei ainda assegurar-me do concurso de outros, — e não me faltará, decerto, a boa-vontade de todos. Far-se-á quanto nas nossas possibilidades caiba para que a parte musical do programa se revista do interesse, da elevação e da dignidade próprias das datas nacionais que se comemoram.»

NOTAS VÁRIAS

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA NOS CONGRESSOS DO MUNDO PORTUGUÊS

Entre as várias formas porque os países estrangeiros colaborarão nas Festas dos Centenários, conta-se como das mais interessantes e das que maior projecção terão, não só em Portugal como além das fronteiras, grande número de comunicações estrangeiras enviadas ao Congresso do Mundo Português. Entre os colaboradores dos Congressos figuram alguns ilustres historiadores e outras personalidades notáveis.

No Congresso de pré e proto-história, entre muitos outros, conta-se o geógrafo alemão Lautensach, o Padre Breuil e o Prof. Blanchet. Para o congresso medieval, basta que citeamos a colaboração já assegurada do Prof. Calmette, sobre o Condestável D. Pedro; o Prof. Iorga, que escreveu sobre o espírito da Cruzada dos Descobrimentos; o historiador Carl Erdmann, que se ocupará de D. Afonso Henriques; um lusófilo notável, como W. Entwistle, que escreveu em português um estudo acerca da «Côrte de D. Felipa». O período dos Descobrimentos mereceu aos investigadores estrangeiros uma natural atenção e assim é que grande número de comunicações se têm recebido a respeito desta época. La Ron-

cière trata da cartografia portuguesa, assim como Heinrich Winter; Leo Magnini occupa-se dos portugueses no Japão e Conti Rossini dos portugueses na Etiópia; Robert Ricard escreveu acerca da nossa passagem por Marrocos; J. Blacke sobre os portugueses na Africa Ocidental. Dois distintos investigadores sul-africanos, o Rev. Welch e Axelson, tratam respectivamente do descobrimento da Africa do Sul pelos portugueses e da expedição de Barreto ao Monomotapa; o dr. Henry Thomas estuda os efeitos dos Descobrimentos na cultura europeia. Mas, de um modo geral, todos os períodos da nossa História mereceram a atenção dos investigadores estrangeiros, como se deduz, por exemplo, do trabalho do numismata Babelon sobre figuras portuguesas do século XVI; do estudo do Prof. L. Gentil sobre a «história» famosa do Padre Vertot; de Michel Lhéritier acerca de Napoleão e Portugal; do economista romeno Prof. Manoilescu acerca do «Génio Latino no Estado Novo português», etc. etc.

Para dar nota do interesse excepcional desta colaboração bastará dizer que foram recebidas já 70 comunicações e se esperam ainda cerca de 50 trabalhos, assinados pelas maiores notabilidades mundiais e reflectindo profundamente o prestígio e a expansão do espírito português e das suas criações eternas.

